

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1999.01.00.046176-5/AP
RELATORA : EXMª SRª JUÍZA ASSUSETTE MAGALHÃES
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
PROCURADORES: ALDA FREIRE DE CARVALHO E OUTROS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR : JOÃO BOSCO ARAÚJO FONTES JUNIOR

DECISÃO

Vistos.

A decisão agravada assenta-se em quatro fundamentos básicos, ou seja, que, na forma do art. 44 da Lei nº 6.001/73 e do art. 231 da CF/88, as riquezas do solo, dentre elas o ouro, podem ser exploradas tão somente pelos índios; que a autorização do Congresso Nacional, prevista no art. 231, § 3º, da CF/88, destina-se apenas à pesquisa e à lavra de riquezas minerais em terras indígenas por empresas mineradoras, e, ainda assim, quanto ao subsolo; que o projeto do CTI - cuja execução foi obstada pela liminar revogada pela decisão ora agravada (fls. 55/56) - tem por escopo "o reflorestamento das áreas poluídas pelo mercúrio, após a exploração racional do ouro nela existente, com técnicas que, muito embora pareçam com a dos garimpeiros, distinguem-se pela não utilização de substâncias ofensivas ao meio ambiente" (fls. 63); que, assim, a ação civil pública contrapõe-se aos interesses dos próprios índios, inexistindo o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* (fls. 61/64).

Na forma dos arts. 20, IX e XI, da CF/88, os recursos minerais, do solo ou do subsolo, e as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, são bens da União.

Consoante o art. 231, § 2º, da CF/88, "as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes", subsistindo, pois, a propriedade da União Federal sobre as aludidas terras, o solo e os recursos minerais existentes no solo ou no subsolo (art. 20, IX e XI, da CF/88).

Para a exploração de riquezas minerais, do solo ou do subsolo, em terras indígenas, pelos índios ou por terceiros, a legislação pertinente impõe a necessária interveniência da FUNAI, sob duplo aspecto, vale dizer, seja como representante dos "interesses da União, como proprietária do solo" (art. 45, § 1º, da Lei nº 6.001/73), seja como órgão tutelar, ao qual, em nome da União, compete proteger o índio, preservar a sua cultura, gerir o seu patrimônio, exercer o poder de polícia nas áreas indígenas e nas matérias atinentes à proteção do índio, dentre outras atribuições previstas nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 564, de 08/06/92, cabendo-lhe, especificamente no que diz respeito ao art. 44 da Lei nº 6.001/73 - fundamento da decisão agravada - adotar as providências necessárias para garantir aos índios, com exclusividade, o exercício das atividades de exploração, por eles próprios, das riquezas e utilidades existentes no solo das terras por eles ocupadas, "cabendo-lhe orientar a comercialização do resultado da exploração" (arts. 2º e 3º do Decreto nº 88.985/83).

O art. 45, § 2º, da Lei nº 6.001/73 dispõe que "na salvaguarda dos interesses do Patrimônio Indígena e do bem-estar dos silvícolas, a autorização de pesquisa ou lavra, a terceiros, nas posses tribais, estará condicionada a prévio entendimento com o órgão de assistência ao índio".

A ação civil pública ajuizada pelo MPF insurge-se contra a execução, pelo Centro de Treinamento Indigenista - CTI, dentro da Área

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1999.01.00.046176-5/AP



indígena Waiãpi, de um "projeto de recuperação e despoluição de áreas e terras Waiãpi degradadas por garimpo", elaborado à revelia da FUNAI e dos órgãos de proteção ambiental e de controle de mineração, alegando o MPF que, sob o manto de proteção ambiental, o projeto oculta atividade clandestina de mineração, contrária aos interesses indígenas, in verbis:

"Contudo, apesar de aparentemente tratar-se de projeto ambiental, os testemunhos dos índios, a comprovada existência de estudos geológicos desde 1991, a coincidência do pretendido desenvolvimento da restauração da flora somente sobre os alvos minerais, as quantidades e espécie de material empregados, a existência do desmatamento para construção de pista de pouso, o desconhecimento dos órgãos de proteção ambiental, dos órgãos de controle de mineração, bem como da própria FUNAI, foram indicativos da ocorrência de atividade clandestina e contrária aos interesses indígenas, a reclamar a pronta intervenção do Parquet federal." (fls. 29)

Nos autos existem vários pareceres técnicos, elaborados pelo MPF, pela FUNAI e pelo IBAMA, a sustentar as afirmações da inicial da ação civil pública, como se colhe de alguns trechos das peças técnicas:

" - uma melhor definição para o projeto seria considerá-lo como extração de ouro em área já degradada e posterior recuperação da mesma;" (fls. 81)

"A atividade de desmonte hidráulico está claramente associada à atividade garimpeira. O projeto pretende aumentar a degradação já existente e, posteriormente, efetuar sua recuperação. O reconhecimento de que a atividade em questão é garimpeira, está explícita no Segundo Texto Complementar para o Entendimento do Projeto: Recuperação e Despoluição de Áreas da Terra Waiãpi Degradadas por Garimpo do Geólogo Luis Antonio Vessani. No texto em questão (pág. 3) ele considera que:

"Também é correto que seria muito útil se o trabalho que se pretende em área degradada não fosse legalmente enquadrado como garimpagem. Garimpagem é um conceito aplicado à áreas predominantemente virgens, quando demanda os estudos prévios de produtividade, impacto e recuperação ambiental e enquadramento legal.

O trabalho proposto para a área Waiãpi não tem como alvo áreas virgens, mas áreas degradadas por garimpagem invasora." (fls. 83)

"Em nenhum momento o Código de Mineração considera que a definição de garimpo só se aplica em áreas virgens." (fls. 83)

"Outro fato, que ficou comprovado, via trabalho de levantamento realizado em Macapá pelos servidores da FUNAI:



Os citados trabalhos de pesquisa mineral foram realizados sem a devida autorização dos órgãos oficiais competentes, ou seja, o DNPM e a própria FUNAI. Tudo ficou acobertado por um Convênio firmado entre o CTI e a SEMAM/EM (Secretaria do Meio Ambiente), sob o título: "Controle Territorial - Recuperação de Área Degradada e Garimpagem Manual entre os Waiãpi", Processo nº: 0200.000136/90-11." (fls. 214/215)

"Os trabalhos de pesquisa mineral realizados durante os anos de 91 a 94 serviram certamente para identificar alvos mineralizados para ouro em áreas já trabalhadas pelos garimpeiros dentro da Terra Indígena Waiãpi, fato este que foi confirmado pelos requerimentos de pesquisa em nome do índio Kurapiá Waiãpi, que ingressaram no DNPM em 94, com o apoio do CTI." (fls. 215)

"Também considero que existe fundamento na denúncia apresentada junto à Procuradoria da República no Estado do Amapá sobre a implementação de projeto de exploração de ouro na Terra Indígena Waiãpi, visto que existem dentro do citado projeto indicativos de que haverá produção de ouro e de mercúrio, mesmo que possua um título com caráter de recuperação ambiental.

Outras falhas graves do projeto estão relacionadas à não apresentação de um Plano de Controle Ambiental e a um Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas compatível com o objetivo proposto. Não ficam dimensionadas e nem plotadas as respectivas áreas de atuação do projeto com as respectivas comunidades indígenas atingidas. Os efeitos e as medidas mitigadoras relativas ao manuseio e tratamento do mercúrio metálico não foram sequer citadas." (fls. 292)

"Nas áreas mexidas, a vegetação desenvolvida após a garimpagem, caracteriza-se pela grande ocorrência de samambaias, açaí, lacre, helicônias, andiroba, pau-jacaré, imbaúbas, várias melastomastáceas, guarumãs, sororoca, etc... Nas árvores maiores remanescentes, verificou-se a presença de epífitas, tais como bromélias, orquídeas e aráceas, entre elas umas espécies ornamentais de valor econômico. Nos andares superiores ocorrem espécies madeiráveis, tais como a andiroba, virola (ucuúba-da-várzea), bacaba, paxiúba, etc..."

Nas áreas mexidas do garimpo do Rio Yjipyjõ, observa-se uma frequência elevada de pacova e sub-bosque mais denso que no garimpo Esquadrão da Morte.

Na área garimpada, o horizonte superior do solo, ocupando os primeiros 10 a 15cm, apresenta um elevado teor de matéria orgânica. O segundo horizonte é argiloso, envolvendo cascalho.

As características técnicas de garimpagem e dos danos causados ao ambiente são idênticas nas duas áreas porém com maior poder de recuperação da vegetação no segundo garimpo. Assim mesmo, nestes dois garimpos, as áreas mexidas pela extração do ouro encontram-se totalmente revegetadas: a maior parte desta revegetação é constituída por plantas de porte baixo, desde plantas rasteiras até plantas com altura total de

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1999.01.00.046176-5/AP



2 metros. Com o modelo de garimpagem, configurado pelo geólogo Luis Vessani para os Waiãpis, a lavra será conduzida sem uso de mercúrio..." (Obs. Os grifos são nossos)

É nesta área que o CTI, denominando-a como prioritária vai executar o Projeto de Recuperação e Despoluição de Áreas Degradadas por Garimpo?

Existem justificativas consistentes para a realização deste projeto de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas neste local? Até agora, não encontramos nenhuma.

Pelo que foi exposto pelo REBRAF, Instituto contratado pelo próprio CTI, no local não tem mais área degradada e sim um exemplar de jardim botânico amazônico em franco desenvolvimento e recuperação natural!

O próprio REBRAF, também entendeu que haverá garimpagem e lavra no local e nada de recuperação de áreas degradadas!" (fls. 328/329)

"O CTI executou um processo de seleção de áreas degradadas por garimpagem na T. I. Waiãpi e indicou apenas quatro áreas (Aramirã, Aimã, Karavovô e Okakai). Não levantaram a área do Ari/Visage. (pag. 03, 3º parag.) Por quê?

Das áreas selecionadas, optou-se pela área do Aimã, pois a mesma possui vários alvos degradados por garimpagem contaminados por mercúrio e possuem reservas remanescentes de ouro". Mesmo considerando que existem outras áreas mais degradadas como exemplo Karavovô e garimpos no Rio Visagem (que não obtiveram dados ainda), o CTI escolheu a área do Aimã? Isto demonstra a falta de um levantamento preciso sobre as áreas degradadas na T. I. Waiãpi. O interesse principal do projeto é recuperar área degradada ou produzir ouro? Tudo indica que a produção de ouro é o componente principal deste projeto." (fls. 331)

"A Procuradoria da República no Estado do Amapá, via ofício nº 498/96, datado de 20.11.96, solicitou ao IBAMA-AP informações sobre a intervenção do órgão sobre a aprovação do Projeto de exploração de ouro em área indígena waiãpi e sobre a existência de processo de licenciamento para a construção de uma pista de pouso, na área do referido projeto do CTI.

Conforme o parecer técnico do Eng. Florestal Wilson Menescal de Souza Chefe da DICO/IBAMA/AP, ele assinala em seu parecer técnico, com base nos relatórios de campo conjunto realizados com a FUNAI e SEMA, alguns pontos importantes dentre outros:

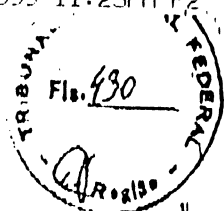
- . Inexistência de qualquer processo de licenciamento para a construção de pista de pouso na TI Waiãpi no âmbito deste projeto do CTI;

- . Foi constatada área desmatada para fins de construção de uma pista de pouso;

- . O projeto foi concebido sem o conhecimento do IBAMA/AP e SEMA/AP e por conseguinte sem uma discussão técnica ampla;

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1999.01.00.046176-5/AP



O projeto não terá uma administração compartilhada, CTI e índios Waiãpi, em todos os níveis impedindo-os de se sentirem verdadeiros responsáveis pelo projeto, fundamental para o sucesso do mesmo;

O projeto não tem sustentabilidade econômica, ecológica e social, pois se trata de extração de recurso natural exaurível;

O projeto não tem a aprovação do conjunto da população indígena Waiãpi, o que já constitui obstáculo para o sucesso do mesmo;" (fls. 335/336)

"As evidências testemunhais são muito fortes e deixa (sic) claro um caráter preparatório para a implementação de um grande projeto de mineração por parte do CTI..." (fls. 337)

"Agora temos total certeza de que era um projeto elaborado, planejado e arquitetado com os devidos apoios e costuras políticas com pessoas despreparadas sobre a matéria, para executar um grande projeto de mineração ou quem sabe de negociação com outras empresas do setor, e tudo isto iniciado por um processo ilegal de lavra garimpeira." (fls. 341).

Inferi-se, pois, pelo que consta dos autos, que as riquezas minerais, ainda que do solo - e de propriedade da União - não estão sendo exploradas tão somente pelos índios - pressuposto da decisão agravada - tudo sinalizando pela inobservância dos arts. 176 e § 1º, 231, §§ 2º e 3º, da CF/88, dos arts. 18, § 1º, e 45, §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.001/73 e dos arts. 3º, 5º e 6º do Decreto nº 88.985/83, sendo todo o projeto do CTI, no particular, elaborado à revelia da FUNAI.

Há, ainda, notícia de insatisfação de uma facção de índios quanto ao modo de o CTI distribuir o resultado da exploração mineral na área, ficando o CTI com uma parcela do produto da exploração mineral (fls. 264 e 28).

Ademais, se o MPF ajuizou ação visando sustar a execução de projeto que, a seu ver, envolve exploração minerária por terceiros, em área indígena, sem a observância das normas legais, e se o MM. Juízo agravado entendeu de revogar a anterior liminar de fls. 55/56, descaberia conceder outra liminar, impondo, agora, determinações outras, contra os interesses do próprio autor da ação, como se vê a fls. 63/64.

Relevante, pois, o fundamento do pedido.

Por outro lado, noticiam os autos que o projeto do CTI, relativo à recuperação de área degradada e exploração mineral da mesma área, não conta com a aprovação de toda a comunidade indígena Waiãpi, com profunda divisão interna entre as tribos (fls. 28, 35, 97/100, 164, letra c, 264/269), pelo que a manutenção da decisão agravada representa risco de agravamento de tensão na área indígena, com a possibilidade de confronto entre as comunidades favoráveis e desfavoráveis à implantação do projeto - risco, aliás, mencionado pela FUNAI, a fls. 23.

Ademais, enquanto subsistiu a liminar parcial de fls. 55/56 não se teve notícia de conflito ou confronto entre as comunidades indígenas Waiãpi, pelo que a prudência também aconselha a sua manutenção.

Pelo exposto, entendendo presentes ambos os pressupostos do art. 558 do CPC, concedo efeito suspensivo ao presente agravo, ficando restabelecida, em consequência, a liminar parcial de fls. 55/56.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1999.01.00.046176-5/AP



61

Comunique-se.

Intimem-se, para resposta, o MPF, e, como interessados, o Centro de Treinamento Indigenista e a União Federal, acrescentando-se seus nomes à autuação.

I.

Brasília, 01 de julho de 1999.

Juíza ASSUSETE MAGALHÃES
RELATORA